

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Oitava Sessão Ordinária

23-28 de Janeiro de 2016

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/928(XXVIII)ii

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE PROGRAMAS E
CONFERÊNCIAS REALIZADA NA SEGUNDA-FEIRA,
14 DE DEZEMBRO DE 2015**

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SUBCOMITÉ DO CRP DE PROGRAMAS E CONFERÊNCIAS REALIZADA NA SEGUNDA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 2015

A. INTRODUÇÃO

1. A reunião do Subcomité do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) de Programas e Conferências foi realizada a 14 de Dezembro de 2015, na Sede da União Africana (UA).

B. PARTICIPAÇÃO

2. A reunião teve a participação dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Botswana, Burkina Faso, Comores, Djibouti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Namíbia, Ruanda, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia, e Zimbabwe.

3. A Comissão estava representada pelo Director Interino de Planificação de Política Estratégica, Monitorização e Avaliação e Mobilização de Recursos (SPPMERM) e outros Directores e representantes de vários Departamentos/Direcções.

C. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA AGENDA

4. A reunião analisou e aprovou os seguintes pontos de agenda:

- a) Discurso de Boas-vindas pelo Presidente do Subcomité
- b) Aprovação da Agenda
- c) Análise do Documento do Quadro Orçamental para 2017
- d) Diversos

D. DISCURSO DE ABERTURA

5. A reunião foi presidida por S.E. Sr. Chimango Edward Chirwa, Embaixador da República do Malawi na Etiópia e Representante Permanente do Malawi junto a União Africana (UA), na sua capacidade de Presidente do Subcomité do CRP de Programas e Conferências. O Presidente deu as boas-vindas a todos os Estados-membros e representantes da Comissão e expressou a sua gratidão pela participação dos presentes.

6. Presidente recordou a Decisão do Conselho Executivo Ex. CL/Dec.877(XXVII), tomada durante a Sessão de Junho de 2015, que sublinha a necessidade de todas as Cimeiras de Janeiro analisarem e aprovarem um Relatório do Subcomité de Programas e Conferências antes da consideração do orçamento na Sessão de Junho/Julho.

7. O Presidente proferiu um informe sobre o propósito da reunião que era para analisar o Documento do Quadro Orçamental para exercício de 2017. Explicou que o Documento do Quadro Orçamental era o primeiro passo no processo de preparação do orçamento e como tal especifica as prioridades que formam a base do orçamento para um ano em particular. Enfatizou, entretanto, que o Documento Quadro Orçamental era um importante instrumento de política que precisava de um debate abrangente e resolutivo. Neste contexto, o Presidente explicou que o Documento do Quadro Orçamental apresentava as prioridades em torno das quais o Orçamento de 2017 estariam formulados.

8. Explicou ainda que o projecto do Documento do Quadro Orçamental, conforme o procedimento, passou pelo Comité de Orçamento Interno (IBC) que é composto por representantes da Comissão e por Chefes de outros Órgãos da UA e é presidido pelo Vice-presidente da Comissão da UA. A reunião de revisão desse Comité teve Lugar no dia 23 de Novembro de 2015. O Presidente exortou aos membros do Subcomité do CRP para concentrarem-se nas prioridades e nos resultados de 2017, observando que estes emanaram do Plano Estratégico de 2014-2017 da Comissão bem como da Agenda 2063, que é um Quadro Continental que os Chefes de Estados Africanos aprovaram em Janeiro de 2015 e o Primeiro Plano de Implementação Decenal que foi igualmente aprovado em Junho de 2015.

9. Enalteceu, ainda, que de acordo com os procedimentos, as recomendações da reunião do Subcomité seriam apresentados ao CRP para a sua aprovação e daí permitir a Comissão a iniciar com o processo orçamental para 2017.

E. ANÁLISE DO DOCUMENTO DO QUADRO ORÇAMENTAL DE 2017 (BFP)

10. O Director Interino de Planificação da Política Estratégica, Monitorização e Avaliação e Mobilização de Recursos apresentou o Documento do Quadro Orçamental e deu um resumo do documento, que consiste em sete partes, tais como (a) Historial e Introdução, (b) Princípios do BFP, (c) Tendências Políticas, Económicas e Sociais, (d) Estado da Implementação Orçamental de 2015, (e) Resultados Antecipados para 2016, (f) Prioridades para 2017, (g) O Orçamento de 2017, (h) Gestão para Resultados.

11. Referiu que as prioridades de 2017 haviam sido informadas pelas Aspirações da Agenda 2063 e o seu Primeiro Plano de Implementação Decenal, bem como as Decisões da Conferência do Plano Estratégico de 2014-2017 da Comissão da UA. As prioridades foram apoiadas por evidências do actual ambiente económico, social e político. Proporcionou um breve resumo das tendências económicas, sociais e políticas e frisou os princípios subjacentes do Documento do Quadro Orçamental, que incluía: Ênfase sobre resultados e prestação de contas; rentabilidade; mecanismo de supervisão e de prestação de contas robustas; os imperativos das Fontes Alternativas de Financiamento, e os princípios de subsidiariedade e de prestação de contas.

12. O Director Interino de SPPMERM sublinhou os desafios principais enfrentados pelo continente, incluindo; o facto de que África ainda está para gerar recursos suficientes domesticamente para o desenvolvimento sustentável; desafios do fluxo de capitais ilícitos; migração – com muitos africanos a continuarem a invadir a Europa na procura de melhor vida; falou, igualmente, dos desafios de acesso à energia apesar de África ter enormes reservas de carvão, petróleo e gás (bem como fontes de energias renováveis) que se fossem usadas gerariam electricidade suficiente para o continente; falou também dos desafios da insegurança que são evidentes em certas partes do continente. Delineou depois algumas iniciativas realizadas pela UA em resposta aos desafios e algumas realizações alcançadas até ao presente momento. Com este historial, sublinhou depois as prioridades chaves para 2017 nas seguintes áreas temáticas: Paz e Estabilidade, Boa Governação e Direitos Humanos; Produção Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional, Agregação de Valores Adicionais Expandidos e Acesso ao Mercado; Desenvolvimento de Infra-estruturas, Desenvolvimento Economico Inclusivo, Industrialização, Desenvolvimento Humano, Mobilização de Recursos, Comunicação; e Desenvolvimento de Capacidade Institucional e Parcerias.

13. Delineou depois os pressupostos pelos quais o Orçamento de 2017 seria preparado; e as perspectivas das receitas orçamentais (expectativas de fontes de receitas).

14. Após a apresentação, os Estados-membros fizeram comentários/observações gerais e específicos seguintes sobre o documento:

Comentários Gerais:

- a) Os Estados-membros procuraram esclarecimentos pela aparente discrepância entre a decisão da Conferência sobre as Fontes Alternativas de Financiamento (que estipula que a contribuição dos Estados-membros deveria ser aumentada gradualmente dentro de um período de 5 anos para 100% para o orçamento operacional, 75% para o orçamento de programas e 25% para as operações de paz), e a projecção feita no BFP é que a contribuição dos Estados-membros para o Orçamento de Programas irá pelo menos atingir 20% em 2017;
- b) Mais uma vez, em referência à decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento, os Estados-membros observaram e recomendaram que o pressuposto orçamental e a previsão da estimativa de 5% de contribuição pelos Estados-membros para operações de paz em 2017 deveria ser aumentada para pelo menos 10%, a fim de atingir o alvo;
- c) Os Estados-membros observaram que o documento colocava muita ênfase sobre o ano de 2015 e, enquanto deveria colocar mais ênfase em 2017;

- d) Os Estados-membros notaram igualmente as inconsistências nos dados estatísticos proporcionados pela Comissão através de vários Subcomité e solicitaram que esta situação fosse corrigida. Por exemplo, as taxas/dados de execução Orçamental apresentados ao subcomité do CRP para as Contribuições eram diferentes daqueles contidos no Quadro Orçamental. Solicitaram, portanto, para a coerência e pediram a Comissão para reconciliar os dados em questão e apresentá-los no BFP revisto;
- e) Os Estados-membros solicitaram, igualmente, à Comissão para providenciar dados actualizados, isto é, no final de Novembro de 2015. Isto era, principalmente, em referência à Tabela 1 (Despesas dos Órgãos da UA...) sob a secção 3.1;
- f) Em referência ao parágrafo 3.2, os Estados-membros observaram que a Comissão tinha destacado que houvera uma grande melhoria no financiamento dos Parceiros e que as instituições da União não conseguiram utilizar de forma optimizada os recursos à sua disposição. Notou-se que isso estava em contraste com os relatórios anteriores da Comissão no sentido de que um desafio-chave de implementação enfrentado pela UA era a libertação tardia dos fundos dos parceiros;
- g) Em relação ao anterior, os Estados-membros recordaram que noutro subcomité do CRP, foram informados de que os Parceiros não libertavam fundos devido ao facto da falta de apresentação da Comissão dos relatórios necessários e, por isso, solicitaram esclarecimentos à Comissão a este respeito. Os Estados-Membros solicitaram explicações sobre as baixas taxas de execução (conforme está reflectido no parágrafo 3.1), apesar de haver uma ligeira melhoria em relação a 2014;
- h) Os Estados-membros observaram, igualmente, que a questão de baixas taxas de execução era um problema recorrente e instou a Comissão a apresentar estratégias/mecanismos concretos para abordar esta questão no Quadro Orçamental de 2017;
- i) Os Estados-membros observaram que era um tanto quanto erróneo afirmar que o orçamento de 2017 será o segundo orçamento após a introdução das Fontes Alternativas de Financiamento, uma vez que a decisão das Fontes Alternativas de Financiamento não foi ainda implementada;
- j) Os Estados-membros notaram ainda que a afirmação de que "o Orçamento de 2017 irá coincidir com o Exercício de Reestruturação dos Órgãos da União conforme foi captado no BFP (parágrafo 6.0 (d)) era enganador uma vez que o exercício de Reestruturação ainda estava em curso e não havia ainda recomendações definitivas;

- k) Os Estados-membros questionaram se a Comissão havia posto em prática mecanismos para melhorar a função de Monitorização e Avaliação (M&A), e enfatizaram a necessidade de pronunciar os mecanismos de prestação de contas no documento como parte do quadro de M&A. A este respeito, os Estados-membros solicitaram à Comissão que associasse com o trabalho que já vinha sendo feito pelo Subcomité na Escala de Avaliação sobre os mecanismos de prestação de contas revistas;
- l) Os Estados-membros instaram, igualmente, a Comissão a antecipar a operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta em 2017 e garantir que esta seja adequadamente captada no Quadro Orçamental e do Orçamento de 2017.

Comentários Específicos: Análise do Documento Secção por Secção:

- m) Nos fluxos financeiros ilícitos, os Estados-membros recordaram a Comissão de não incluir países que não eram membros da União Africana conforme foi observado no parágrafo 2.8;
- n) No que diz respeito ao Fundo da Mulher, os Estados-membros observaram que a Comissão tinha recebido apresentações do projecto das mulheres de todo o continente, mas os fundos estavam ainda por ser disponibilizados. Os Estados-Membros, portanto, solicitaram a Comissão para que proporcionasse um relatório da situação da questão;
- o) Em referência ao parágrafo 3.2, que afirma que "o financiamento dos Parceiros tinha melhorado muito, mas que as instituições da União não conseguiram fazer jus ao desafio de utilizar os recursos à sua disposição durante a primeira metade do ano" - os Estados-membros, portanto, queriam saber os problemas que levaram a isso e solicitaram à Comissão que acrescentasse um parágrafo (no BFP) para explicar esta questão;
- p) Em referência ao parágrafo 3.2, novamente, os Estados-membros observaram que, embora a Comissão afirma que o financiamento dos Parceiros tivesse melhorado, houve uma diminuição da contribuição dos Parceiros;
- q) Os Estados-membros instaram a Comissão a proporcionar dados correntes/actualizados, por exemplo, dados sobre pagamentos em atraso no parágrafo 3.2 Tabela 3;
- r) Em referência ao parágrafo 4, sobre os projectos emblemáticos, os Estados-membros observaram que o parágrafo dá impressão de que o financiamento para projectos emblemáticos viria da UA. Solicitaram, portanto, à Comissão

que reformulasse o texto em conformidade e esclarecer o papel da UA na implementação desses projectos;

- s) Os Estados-membros solicitaram, igualmente, que a informação sobre os projectos emblemáticos deveria ser tabelada, descrevendo o estado dos projectos, o nível real da execução destes projectos, bem como o financiamento necessário.
- t) Os Estados-membros recomendaram que o Quadro Orçamental de 2017 traz claramente a ligação/alinhamento entre as prioridades de 2017, o Plano Estratégico de 2014-2017 e as prioridades na Agenda 2063 e do Primeiro Plano de Implementação Decenal;
- u) Em referência ao parágrafo 6.1 (c), há uma suposição do orçamento que afirma que "As despesas anteriormente atendidas com os recursos do Fundo da Reserva estão totalmente incorporadas no orçamento e avaliadas nos Estados-membros", os Estados-membros questionaram como seria aplicável;
- v) Em referência ao parágrafo 6.1 (e), os Estados-membros sugeriram que a frase deveria ser reformulada;
- w) Os Estados-membros observaram que, no Anexo, havia secções onde 'Estratégias' estavam a faltar na Matriz dada e convidaram a Comissão a preencher essas lacunas em conformidade.

F. RESPOSTAS DA COMISSÃO

15. A Comissão deu as seguintes explicações e esclarecimentos:

- a) Sobre a questão suscitada sobre a desconexão entre as disposições da decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento e o que está contido no documento (BFP) a respeito da contribuição dos Estados-membros para o Orçamento de programa de 2017, a Comissão explicou que a Decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento dá uma meta de 75% em 5 anos, e que os 20% propostos no BFP eram uma projecção modesta, dado que a actual contribuição dos Estados-membros para o orçamento do programa foi em torno de 5% neste momento;
- b) A Comissão concordou em dar estatísticas actualizadas no documento revisto (BFP), ainda a Tabela 1 no parágrafo 3.1 será actualizada para dar uma imagem mais actual da execução/ despesas orçamentais;

- c) Num comentário relacionado, a Comissão concordou igualmente em reconciliar as estatísticas que foram apresentadas ao Comité sobre a Tabela de Contribuição com o que está no Quadro Orçamental;
- d) Em relação à ênfase sobre o ano de 2015, a Comissão explicou que este foi apenas para demonstrar uma indicação de realizações nesse período, e para proporcionar o historial;
- e) Sobre a questão do financiamento dos Parceiros e as contradições em torno da questão, a Comissão comprometeu-se a dar a situação de fundos dos Parceiros, por trimestre e explicou ainda que os fundos dos parceiros começaram a chegar durante o mês de Maio, e isso teve o efeito de sobrecarregar a segunda metade do ano e, assim, comprometer a taxa da implementação do programa e a de execução orçamental da Comissão. A Comissão comprometeu-se a continuar a envolver os Parceiros com vista a apelar a estes para libertarem os fundos no início do ano no sentido de facilitar a implementação. A Comissão informou, igualmente, a reunião que estavam a ser feitos esforços para exortar aos departamentos a planificar e orçamentar de acordo com as suas capacidades para implementar, bem como a apresentação atempada dos relatórios;
- f) A Comissão tomou nota da proposta de se aumentar a contribuição dos Estados-membros para as Operações de Paz em 10%;
- g) Sobre a questão de atrasos de pagamentos dos Estados-membros nas contribuições avaliadas, sugeriu-se que esta questão fosse tratada pelo Subcomité relevante do CRP, mas a Comissão manifestou o seu apreço pelas melhorias neste domínio;
- h) No que diz respeito as discrepâncias das projecções de crescimento de África e na expectativa de que os países africanos estavam propensos a enfrentar dificuldades económicas (Páginas 4-5 do documento), a Comissão comprometeu-se a rever a secção em conformidade;
- i) No que diz respeito à Monitorização e Avaliação, a Comissão informou a reunião que tinha já iniciado uma Revisão de Planificação, Monitorização e Avaliação (PMA) que visa melhorar os sistemas, instrumentos e processos da Planificação, Monitorização e Avaliação da Comissão. Um estudo foi realizado a este respeito e a Comissão pretende implementar as recomendações nelas inseridas e que isso ficaria totalmente operacional durante 2017;

- j) A Comissão tomou, igualmente, nota dos comentários feitos sobre as questões de prestação de contas e comprometeu-se a reformular a secção pertinente em conformidade;
- k) Sobre o estado da implementação da Decisão sobre as Fontes Alternativas de Financiamento, a Comissão afirmou que o assunto estava realmente nas mãos dos Estados-membros, e que a informação relevante seria procurada pelo Comité sobre a Tabela de Contribuições;
- l) No Exercício de Reestruturação, a Comissão comprometeu-se a proporcionar mais informações na versão revista do documento;
- m) Sobre a reconciliação entre as prioridades de 2017 e da Agenda 2063 da UA, a Comissão explicou que, de facto, os dois estavam alinhados – dando um exemplo em relação às iniciativas como ‘Silenciar as armas’ e outros, mas a Comissão comprometeu-se a rever o texto (Capítulo 1) para garantir que esta evidência venha de forma mais clara;
- n) Em relação ao Fundo da Mulher, a Comissão comprometeu-se a comunicar à Direcção de Género para proporcionar uma actualização sobre a questão de financiamento para os projectos que foram apresentados;
- o) A Comissão tomou, igualmente, nota dos comentários feitos sobre a questão da baixa utilização dos fundos disponíveis e se comprometeu a resolver o assunto;
- p) Aquando da aplicação dos projectos emblemáticos e da medida em que a Comissão estava envolvida, a Comissão explicou que o seu papel principal estava ao nível da planificação, política e advocacia;

G. RECOMENDAÇÕES DO SUB-COMITÉ

16. Os Estados-membros fizeram as seguintes recomendações:

- Havia necessidade de destacar-se os pressupostos orçamentais sobre a forma como os programas e as actividades em torno do tema de 2017 da União Africana poderiam ter impacto e moldar o orçamento;
- Havia necessidade de apresentar estatísticas precisas e recentes no BFP, especialmente nas taxas de execução orçamental;
- Havia necessidade da Comissão pôr em prática mecanismos deliberados para acelerar as taxas de execução;

- Há necessidade dos Estados-membros aumentarem as suas contribuições para o orçamento do programa, bem como do orçamento das Operações de Paz;
- Há necessidade da Comissão acomodar no BFP os mecanismos sólidos e de responsabilidade acrescida conforme foi proposto pelo Comité Ministerial Ad hoc sobre a Tabela de Contribuição uma vez que estes forem adoptados;
- Há necessidade do BFP reflectir claramente as prioridades defendidas na Agenda 2063;
- O subcomité concordou com a Comissão que devem ser feitos esforços para reabastecer o Fundo de Reservas;
- O subcomité solicitou à Comissão a influenciar a operacionalização da Força Africana de Alerta (FAA) e a sua execução orçamental para o BFP.

H. DIVERSOS

17. Não houve nenhum ponto levantado nos Diversos.

I. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

18. O Presidente agradeceu a todos os Estados-membros por terem-se feito presentes e solicitou que, de acordo com os procedimentos, haveria de se convocar uma reunião de acompanhamento do Subcomité para aprovar este relatório antes de ser apresentado ao CRP.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2016

Report of sub-committee on programmes

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4907>

Downloaded from African Union Common Repository